



# PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10768.013803/93-89

Recurso nº: 10.543

Matéria nº: PIS/DEDUÇÃO - Ex. 1988

Recorrente nº: SERVENCO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINENTAL S.A.

Recorrida : DRJ NO RIO DE JANEIRO/RJ

Sessão : 17 de ABRIL de 1997

Acórdão nº: 107-04.084

**PIS/DEDUÇÃO - DECORRÊNCIA** - A decisão proferida no processo principal estende-se ao decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SERVENCO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINENTAL S.A.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

*Maria Ilca Castro Lemos Diniz*  
MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE

*Natanael Martins*  
NATANAEL MARTINS  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 13 JUN 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ, CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES E RUBENS MACHADO DA SILVA (SUPLENTE CONVOCADO). Ausente, Justificadamente, o Conselheiro, MAURÍLIO LEOPOLDO SCHMITT.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10768/013.803/93-89

Acórdão nº: 107-04.084

Recurso : 10.543

Recorrente : SERVENCO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINENTAL S/A

R E L A T Ó R I O

Trata-se de lançamento decorrente de fiscalização de IPI, na qual foi apurada redução indevida da base de cálculo daquele tributo, gerando insuficiência da base de cálculo da contribuição para o PIS, calculado com base no imposto de renda, conforme estabelecido no art. 3º, letra "a" e § 1º, da Lei Complementar nº 07/70, e art. 480 do RIR/80.

Na impugnação, tempestivamente apresentada, a contribuinte requereu que se estendesse a estendesse a este processo as razões de defesa apresentadas no processo principal e, a decisão singular, acompanhando o que fora decidido naquele processo, julgou procedente a ação fiscal.

Cientificada desta decisão, manifestou a contribuinte seu inconformismo através de recurso, invocando o princípio da decorrência, em face do recurso apresentado no processo principal.

O processo principal, objeto de recurso para este Conselho, onde recebeu o nº 113.642, julgado na sessão de 17 de abril de 1997, Acórdão nº 107-04.083, não logrou provimento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 10768.013803/93-89  
Acórdão nº: 107-04.084

V O T O

Conselheiro NATANAEL MARTINS - Relator.

O recurso é tempestivo. Dele, portanto, tomo conhecimento.

Como visto no relatório, o presente procedimento fiscal decorre do que foi instaurado contra a recorrente, para cobrança de imposto de renda pessoa-jurídica, também objeto de recurso que, julgado, não logrou provimento.

Em consequência, igual sorte colhe o recurso apresentado neste feito decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

À vista do exposto, e do mais que do processo consta, conheço do recurso por tempestivo e, no mérito, nego-lhe provimento.

Sala das Sessões - DF, 17 de abril de 1997.

*Natanael Martins*  
NATANAEL MARTINS